

Pesquisa aponta para aumentos de até 50% em planos de saúde

| ACUMULADO DE REAJUSTES | Diferentes modalidades de planos tiveram aumentos de 12,21% a 49,81%. Os 50% foram verificados em contratos coletivos de adesão que sofreram reajuste anual e por faixa etária

BEATRIZ CAVALCANTE

beatrizcavalcante@opovo.com.br

A cobrança retroativa de reajustes dos planos de saúde suspensos em 2020, por conta da pandemia, elevou o valor das mensalidades em até 50%, conforme mostra levantamento do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

Segundo a pesquisa, as diferentes modalidades de contrato e o acúmulo de tipos de reajuste tiveram impactos que variaram entre 12,21% e 49,81% de aumento. O percentual mais alto, de quase 50%, foi verificado nos contratos coletivos de adesão que sofreram reajuste anual e por faixa etária no ano passado.

Os cálculos do Idec levaram em conta valores indicados no Painel de Precificação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) de julho de 2020. "São, portanto, dados oficiais conservadores que não refletem as históricas distorções no mercado de saúde suplementar. Se você verificou algum abuso na recomposição do seu plano de saúde, acesse o Dicas & Direitos do Idec", frisa, o Instituto, em nota.

"Detectamos aumentos de até 50% em simulações conservadoras, e isso é claramente insustentável, ainda mais num cenário de crise sanitária e econômica sem data para terminar", afirma Teresa Liporace, diretora executiva do Idec.

"Entendemos que em um momento, como no passado, quando as operadoras de planos de saúde apresentaram seus melhores resultados financeiros dos últimos anos, os reajustes não deveriam ter sido aplicados. Mas com a suspensão temporária, os consumidores, ainda afetados

economicamente pela pandemia, deparam-se em 2021 com aumentos em cascata que são impraticáveis para muitas famílias", complementa Teresa.

Nos planos individuais, o Idec mostra que a variação sentida pelos usuários, que tiveram apenas o reajuste anual suspenso em 2020, foi de 12,21% entre dezembro e janeiro. Já aqueles que sofreram reajuste anual e por faixa etária viram a mensalidade saltar 34,99%.

Já nos planos coletivos empresariais, sem reajustes regulados pela ANS, a variação de dezembro para janeiro foi de 26,67%. Nos casos em que os reajustes anual e por faixa etária se acumularam, a alta atingiu 49,71%.

Para os planos coletivos de adesão, o consumidor que recebeu apenas o reajuste anual viu o encarecimento em 26,67%. E nos reajustes acumulados foi de 49,81%, sendo a mais alta entre todas as projeções, segundo o Idec.

Desde o anúncio da suspensão dos reajustes entre setembro e dezembro de 2020, o Idec afirma cobrar "transparência e equilíbrio da ANS" na regulação do mercado de saúde suplementar.

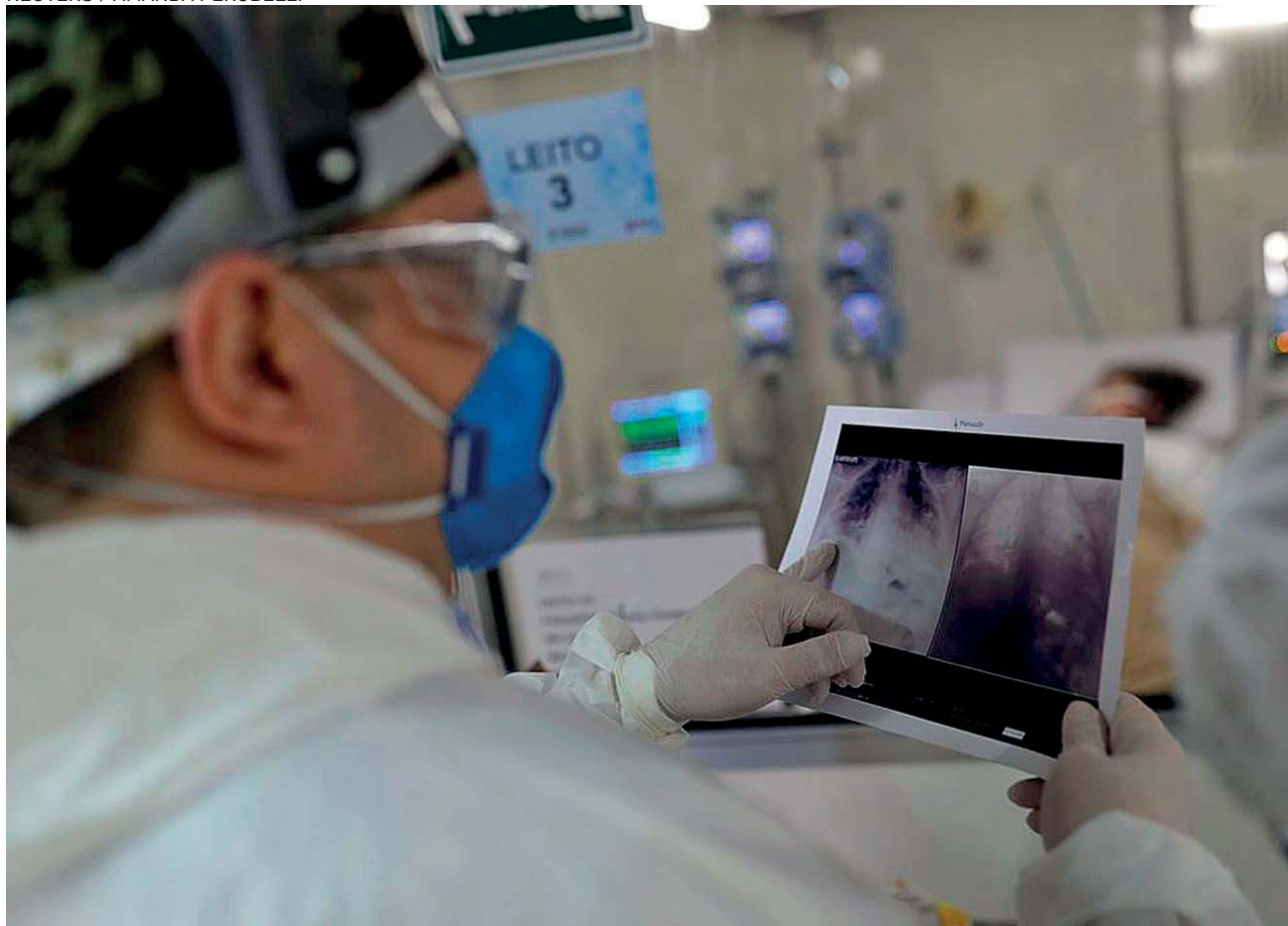
Em outubro, o Instituto relata que ingressou com ação na Justiça Federal para ampliar o alcance da suspensão dos reajustes a todos os usuários de planos de saúde e odontológicos. A ação também pedia que a suspensão abarcasse um período maior, desde março de 2020. O Idec informa que ainda enviou um ofício para o Tribunal de Contas da União (TCU) alertando para os riscos de abusos na recomposição dessa suspensão e pedia que o órgão monitorasse a situação.

Em novembro, após o anúncio de que os reajustes suspensos seriam repassados aos

consumidores, o Instituto diz que enviou um ofício à ANS em conjunto com a Defensoria Pública de São Paulo e outras entidades demandando a instauração de uma Câmara Extraordinária para avaliar a necessidade da recomposição com transparência e ampla participação social. O pedido foi reforçado em um segundo comunicado, mas, conforme o Idec, nenhum dos dois foi respondido pela Agência.

"Diante do silêncio da ANS, o Idec apresentou um pedido de urgência à Justiça Federal no dia 18 de dezembro de 2020, no âmbito da ação formulada em outubro. Por conta do recesso, a liminar não foi analisada

REUTERS / AMANDA PEROBELLI



SEGUNDO pesquisa do Idec, pesaram reajustes anuais atrelados aos de faixa etária

12,21%

menor acúmulo de reajustes registrado em levantamento do Idec

antes do fim do ano, obrigando o Instituto a formular uma nova requisição, desta vez dirigida aos juízes do plantão judiciário. Este segundo pedido foi indeferido na primeira e na segunda instância sob o argumento de que não se enquadraria nas hipóteses previstas em lei para a análise pelo plantão. Após o fim do recesso judiciário, o tribunal

de primeira instância que cuida do processo negou a liminar, e o Idec, mais uma vez, recorrerá da decisão", detalhou, o Instituto, em nota.

Em São Paulo, o Procon local chegou ontem a encaminhar à Agência Nacional de Saúde Suplementar petição para a redução dos reajustes anuais dos planos de saúde coletivos à taxa de 8,14%, índice de aumento dos planos individuais. De acordo com o órgão de defesa do consumidor, foram registradas quase mil reclamações de consumidores contra os reajustes de planos de saúde em janeiro. Há relatos de reajustes de 91%, 104% e até de 113% junto ao Procon-SP.



ESTUDO

Os cálculos do Idec levaram em conta valores indicados no Painel de Precificação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) de julho de 2020.

Agência Reguladora do Ceará abre concorrência por consultoria

| REFORMULAÇÃO | Bird financia a contratação da consultoria para modernizar gestão e atividade regulatória da Arce. Valor destinado ao processo de licitação não foi revelado

JOCÉLIO LEAL

leal@opovo.com.br

O Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) financiará a contratação de uma empresa de consultoria para a Agência Reguladora do Estado do Ceará (Arce). A tarefa será a modernização da gestão e da atividade regulatória. A empresa contratada terá 12 meses para concluir o objetivo. Os valores não foram revelados.

Poderão concorrer ao processo de licitação consultorias

que atendam ao termo de referência de contratação, disponível em bit.ly/16q3Z. Os interessados deverão apresentar portfólios demonstrando as qualificações requeridas e experiência em serviços de consultoria similares. A formação de consórcios será permitida. O prazo final para inscrição é 11 de fevereiro.

A Arce tem a função de regular e fiscalizar os serviços de saneamento básico no Estado e possui três estudos aprovados pelo Projeto de Apoio à Melhoria da Segurança Hídrica e Fortalecimento da Inteligência na Gestão Pública do Ceará (PSHG).

Os projetos apresentados

pela Arce beneficiam três diferentes áreas: controle patrimonial, saneamento básico e gestão. No caso da gestão, será necessária a contratação de consultoria com foco na atualização da estrutura organizacional e gerenciamento, além da revisão da estratégia organizacional e da agenda regulatória.

A empresa que vier a trabalhar no processo de modernização da gestão da Arce seguirá duas etapas, sendo a primeira delas a de "Gestão por Processos e Estrutura Organizacional". Nesse primeiro momento, oito produtos deverão ser entregues pela empresa contratada:

Relatório Diagnóstico da Situação Atual da Agência; Manual de Processos Organizacionais; Atualização da Estrutura Organizacional; Planejamento e Modelagem da Força de Trabalho; Mapeamento de Competências Gerais, Gerenciais e Setoriais; e, ainda, Proposta do Modelo de Gestão de Pessoas; Modelo de Gestão do Desempenho; Treinamentos e Capacitações; Minutas de Normativos; Relatório e Plano de Implementação.

A segunda etapa do processo de modernização, que envolve "Estratégia Organizacional e Planejamento da Atividade Regulatória", contemplará a entrega de

outros seis produtos que vão da Elaboração do Plano Estratégico Quinquenal ao Modelo de Gestão da Estratégia; da Revisão da Metodologia de Planejamento Tático Operacional à Agenda Regulatória Quinquenal; das Minutas de Normativos aos Relatórios e Planos de Implementação.

O trabalho da consultoria será acompanhado por uma comissão formada pela diretora executiva da Arce, Barbara Cidrack; pelo procurador-chefe, Marcelo Capistrano; pelo chefe de gabinete, Danielle Pinto; pela assessora Josiany Negreiros; e pela analista de regulação, Tatiana Cirila.